

# **GRAU DE ADERÊNCIA DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS PRESENCIAIS DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS AO MODELO PROPOSTO PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**

**FERNANDO RONNY DE FREITAS OLIVEIRA**

CENTRO UNIVERSITÁRIO CATÓLICA DE QUIXADÁ - UNICATÓLICA  
fernandoronny@gmail.com

**ODERLENE VIEIRA DE OLIVEIRA**

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)  
oderlene@hotmail.com

**SÉRGIO SEABRA DA SILVEIRA FILHO**

UNIVERSIDADE DE FORTALEZA (UNIFOR)  
sergio\_seabra@hotmail.com

## **Introdução**

Com a variedade de currículos do curso de ciências contábeis surge uma preocupação mundial com o processo formativo dos profissionais da contabilidade. Nesse contexto, organismos internacionais de contabilidade como a ONU/UNCTAD/ISAR têm apresentado trabalhos que visam a elaboração de um programa mundial de estudos em contabilidade (PIRES; OTT, 2008). Esse fato motiva os estudos sobre as situações de uniformidade do ensino contábil no Brasil, onde essa preocupação é ainda maior, uma vez que o processo de internacionalização das normas brasileiras de contabilidade entrou em vigência em 2010.

## **Problema de Pesquisa e Objetivo**

Frente a este cenário elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a aderência das matrizes curriculares dos cursos presenciais de bacharelado em ciências contábeis ao modelo proposto pelo CFC? Este trabalho tem por objetivo geral identificar o grau de aderência das matrizes curriculares dos cursos presenciais de bacharelado em ciências contábeis das IES ao modelo proposto pelo CFC.

## **Fundamentação Teórica**

As Diretrizes curriculares funcionam como orientações estruturadas, que direcionam a maneira como os conteúdos devem ser organizados, ou seja, é a partir das orientações apresentadas na Resolução CNE/CES 10/2004, que as IES devem organizar suas matrizes curriculares (MENDES; SILVA; NIYAMA, 2011). Em 2009, o CFC publicou um documento no qual apresenta uma proposta de matriz curricular com as disciplinas para os cursos de Ciências Contábeis. O modelo apresentado visa atender as demandas do mercado por um currículo nacional mais harmonizado, em que as disciplinas estão organizadas em 3 eixos.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e quantitativa. O método qualitativo foi utilizado para analisar as disciplinas do modelo proposto pelo CFC, comparando-as com as disciplinas das matrizes curriculares adotadas pelas IES. Na segunda etapa, foram aplicadas metodologias quantitativas, onde verificou-se os percentuais de alinhamento entre matrizes adotadas pelas IES com o modelo proposto pelo CFC, com uso de técnicas de estatística descritiva. A população consistiu em 29 IES, listadas no site do Ministério da Educação. Para analisar os dados utilizou-se da Análise de Conteúdo.

## **Análise dos Resultados**

Nos cursos ofertados por IES pública, o percentual médio de aderência foi de 73%, estando abaixo do percentual médio apresentado pelas IES privadas, que tem uma média de 76% de aderência. Quando comparado os percentuais médios de aderência das IES por organização acadêmica, os centros universitários apresentam o melhor percentual, 83%, seguido pelas universidades com 76%, e as faculdades com 75%, apresentam o menor percentual médio de aderência à matriz proposta pelo CFC. Quanto as disciplinas, verifica-se entre as de maior aderência as propostas no eixo de formação teórico-prática.

## **Conclusão**

Considerando a quantidade média das disciplinas propostas na matriz CFC, conclui-se que, as IES apresentam uma aderência média de 31 disciplinas, de um universo de 46 disciplinas, o equivalente à 67% de aderência à matriz proposta pelo Conselho, sendo os eixos de formação básica e teórico-prático os que apresentam maior percentual de aderência, com percentuais de 83% e 84%, respectivamente. E os eixos de formação profissional, com 72%; e as disciplinas propostas como optativas, com 11% de aderência, revelam-se com os menores percentuais.

## **Referências Bibliográficas**

- CARNEIRO, J. D. et al. (coord.). Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.
- MENDES, Paulo Cesar de Melo; SILVA, Antonio Batista; NIYAMA, Jorge Katsumi. A Aderência Do Conteúdo Da Disciplina Contabilidade Tributária Ministrada Nos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Do Brasil Ao Conteúdo Do Currículo Internacional Proposto Pela ONU. Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN. v. 3. n. 1, p. 1 – 19, jan./jun. 2011.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2006.

# GRAU DE ADERÊNCIA DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS PRESENCIAIS DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS AO MODELO PROPOSTO PELO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo geral identificar o grau de aderência das matrizes curriculares dos cursos presenciais de bacharelado em ciências contábeis das IES ao modelo proposto pelo CFC. No referencial teórico foram abordados temas pertinentes ao ensino e a regulamentação profissional da contabilidade no Brasil. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e quantitativa, do tipo descritiva e fazendo uso de técnica documental. A população é composta por 23 IES. Os resultados revelaram que as IES, de modo geral, estão alinhadas com a proposta de matriz curricular do CFC. Quanto a organização acadêmica, os centros universitários apresentam maior aderência, 83%, seguido pelas universidades com 76%, e as faculdades, com 75%. As disciplinas de maior aderência, presentes em mais de 70% das matrizes analisadas, compõem-se de 100% da proposta do eixo de formação teórico-prático, 73% do eixo de formação básica, 57% do eixo de formação profissional, e nenhuma disciplina proposta no eixo de disciplinas optativas. Das disciplinas presentes em menos de 50% das matrizes curriculares, 54% pertencem ao eixo de disciplinas optativas, 36% ao eixo de formação profissional, 8% ao eixo de formação básica, e nenhuma pertence ao eixo de formação teórico-prático. Conclui-se que, as IES apresentam uma aderência média de 67% à matriz proposta pelo CFC, tendo as IES pública o percentual médio de aderência de 73%, e as IES privadas uma média de 76% de aderência.

**Palavras-chave:** Matriz Curricular. Alinhamento. Matriz CFC.

## 1 INTRODUÇÃO

Recentemente o Brasil vivenciou um processo de transformação e de internacionalização das normas brasileiras de contabilidade, que se deu por meio da migração das normas brasileiras para a convergência com a *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que teve início em 2005 e se consolidou nas demonstrações contábeis do exercício financeiro de 2010 (BUGARIM, 2012). O processo de convergência tem exigido uma atualização dos conhecimentos teóricos e das técnicas contábeis. Essa exigência transversa tanto os profissionais que já estão inseridos no mercado de trabalho, como todo o processo de formação acadêmica do profissional de contabilidade.

Nesse sentido, algumas ações já foram realizadas, uma delas deu origem ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), criado pela Resolução CFC nº 1.055/05 resultado do esforço de organizações como a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Nacional) e a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA, atual BM&FBovespa) com o objetivo de atender as necessidades de convergência internacional de centralização na emissão de normas contábeis.

Com as mudanças advindas do processo de reestruturação da contabilidade brasileira, o mercado de trabalho passa a exigir dos profissionais de contabilidade uma formação que proporcione o desenvolvimento de competências técnicas que atendam as novas demandas das organizações. Essa exigência de adequação da formação concentra-se de modo especial no profissional de nível superior, os bacharéis em contabilidade, uma vez que a Lei nº 12.249/2010 previa o dia 01 de junho de 2015 como data final do registro de técnicos em contabilidade nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC). A partir desta data só será

possível apenas o registro dos bacharéis aprovados em exames de suficiência. A Lei nº 12.249/2010 modifica alguns dispositivos do Decreto-lei nº 9295/1946 que regula a profissão contábil, há mais de 60 anos, e estabelece como pré-requisito ao exercício da profissão contábil no Brasil a aprovação no Exame de Suficiência, aplicando-se a norma tanto aos bacharéis em Ciências Contábeis, quanto aos Técnicos em Contabilidade (BRASIL, 1946; 2010)

Com essas novas exigências do mercado de trabalho, que demanda do profissional o domínio das técnicas de contabilização e interpretação das informações contábeis, que atenda não apenas as exigências legais brasileiras, mas que convirja com às práticas e modelos internacionais, as Instituições de Ensino Superior (IES) com cursos de graduação em Ciências Contábeis assumem a responsabilidade de formar profissionais de contabilidade que possuam as competências necessárias para o desenvolvimento das práticas e da reflexão da contabilidade, no campo organizacional de maneira integrada e globalizada. Pensando nisso, o CFC publicou um livro em 2009 que tem por objetivo orientar a estruturação das matrizes curriculares dos cursos de ciências contábeis no Brasil. Além de listas de disciplinas, o livro traz as ementas a fim de estruturar o processo de formação do bacharel em ciências contábeis de maneira alinhada com o perfil exigido do profissional, que necessita ser aprovado em uma prova escrita que o habilita ao exercício da profissão, que esteja em consonância com as demandas de um mercado globalizado e de uma contabilidade integrada com os modelos internacionais (CARNEIRO, 2009).

Com a variedade de currículos do curso de ciências contábeis surge uma preocupação mundial com o processo formativo dos profissionais da contabilidade. Nesse contexto, organismos internacionais de contabilidade como a ONU/UNCTAD/ISAR têm apresentado trabalhos que visam a elaboração de um programa mundial de estudos em contabilidade (PIRES; OTT, 2008). Esse fato motiva os estudos sobre as situações de uniformidade do ensino contábil no Brasil, onde essa preocupação é ainda maior, uma vez que o processo de internacionalização das normas brasileiras de contabilidade entrou em vigência em 2010, tornando-se necessário para a efetividade do processo de internacionalização da contabilidade brasileira a existência de profissionais qualificados, que possuam conhecimentos universalizados. O problema se torna ainda mais evidente quando somado aos baixos índices de aprovação no exame de suficiência, que é pré-requisito para o exercício da profissão contábil.

Frente a este cenário elaborou-se a seguinte questão de pesquisa: Qual a aderência das matrizes curriculares dos cursos presenciais de bacharelado em ciências contábeis ao modelo proposto pelo CFC? Este trabalho tem por objetivo geral identificar o grau de aderência das matrizes curriculares dos cursos presenciais de bacharelado em ciências contábeis das IES ao modelo proposto pelo CFC. Os objetivos específicos consistiram em: 1) identificar o grau de aderência das matrizes curriculares do curso de ciências contábeis das IES ao modelo proposto pelo CFC, por organização acadêmica; e 2) identificar as disciplinas da matriz proposta pelo CFC que se apresentam com maior e menor aderência nas matrizes curriculares do curso de ciências contábeis das IES.

As recentes mudanças nos critérios adotados pela contabilidade para execução dos trabalhos de contabilização e evidenciação das informações, advindos do processo de internacionalização das normas contábeis, consolidados pela instituição da convergência com as normas IFRS, possuem desdobramentos tanto no processo de análises dos dados das demonstrações contábeis internas e externas à organização, bem como implicações legais nos processos de contabilização e nos modelos das publicação das demonstrações contábeis, sendo papel fundamental da contabilidade dispor dados passados e presentes, de maneira íntegra e tempestiva, elaborados sob critérios confiáveis, que maximize a previsibilidade dos fatos e norteiem a tomada de decisão dentro de uma organização (MARION, 2003).

## **2 O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE NO BRASIL**

Em 1926, por meio da aprovação do Decreto Lei nº 17.329 de 28 de maio, são revogados os regulamentos anteriores e se estabelece o novo regulamento para os estabelecimentos que ofertavam o ensino comercial oficialmente reconhecidos pelo governo federal brasileiro. Esse decreto regulamentava as formas de ingresso nos cursos, através de exame de admissão e estabelecia em seu Art. 4º, as disciplinas e conteúdo que deveriam ser cobrados no exame de admissão, bem como determinava os critérios de isenção do exame de admissão. O mesmo decreto, ainda estabelecia toda a organização da matriz curricular do curso de comércio no Brasil, tanto em nível geral, ou básico, como em nível superior, no qual se observa um grande número de disciplinas de contabilidade (BRASIL,1926). Com a vigência do decreto passou-se então a ser concedido o diploma de contador aquele que concluía o curso geral com duração de 4 anos, sendo necessário por tanto cursar, além dos 4 anos do curso geral, mais 3 anos do curso superior para obter o título de bacharel em Ciências Econômicas, ou seja, deveria fazer além do curso geral de 4 anos o curso superior de 3 anos (MARRONI; RODRIGUES; PANOSSO, 2013, p.7).

Em 1931, por meio do Decreto nº 20.158, de 30 de junho, que tem por finalidade organizar o ensino comercial reconhecido no Brasil, é criado o curso técnico de perito-contador, que visava atender as demandas do mercado brasileiro naquele momento. Esse decreto, em seu art. 6º, estabelece a estrutura obrigatória da matriz curricular do primeiro curso técnico de perito-contador. Porém, é em 1939 que o título de contador é oficialmente reconhecido no Brasil, quando por meio do Decreto-lei nº 1.535, de 23 de agosto de 1939, o então presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas, altera a denominação do curso de perito-contador para contador, e exige o diploma de Contador ou de Perito-Contador, expedido por instituição de ensino reconhecida no Brasil para o provimento de cargos públicos de Contador (BRASIL, 1939).

O Brasil vivenciou durante esse período o crescimento dos serviços públicos, por meio dos órgãos administrativos e do aumento da burocracia, o que exigiu maior qualificação dos funcionários para executar tais funções (PELEIAS et. al., 2007). Somado a estes fatores, o desenvolvimento econômico motivado pelo aumento da produtividade, principalmente, oriundos dos investimentos realizados pelos produtores de café e a crescente urbanização ocorrida no período da imigração européia e expansão do mercado interno que conduziam o Brasil, motivaram a criação de um ensino comercial mais direcionado aos conhecimentos de contabilidade e que oferecessem diplomas comprobatórios do conhecimento especializado (LEITE, 2005; PELEIAS et al., 2007).

Outra importante mudança acontece ainda no governo do Presidente Getúlio Vargas, que por meio do Decreto Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943 em seu Art. 5º cria o Curso Técnico em Contabilidade, um avanço na instituição de ensino puramente contábil (BRASIL, 1943a). Na mesma data é publicado o Decreto nº 14.373, que regulamenta e define a estrutura do ensino técnico em Contabilidade, assim como estabelece a matriz curricular a ser aplicada, dividindo o processo de formação em três séries, conforme consta no Capítulo V do referido decreto (BRASIL, 1943b)

A década de 1940 foi marcada por grandes transformações, tanto no Brasil, quanto no mundo. Nesse período aconteceu a II Guerra Mundial, que terminou ainda em meados dessa década, e com o fim da II Guerra houve uma série de transformações no Brasil e no mundo. A cultura econômica se orientava para o processo de industrialização, que sobrevinha a predominância da economia agroexportadora, e com a consolidação de novos e desenvolvidos centros urbanos; a cidade de São Paulo consolida-se como o maior expoente latino-americano; e em meio a todo esse desenvolvimento, promovido pelo enriquecimento,

principalmente advindos da economia cafeeira, surgia as demandas por uma administração tanto pública como privada, que deu origem a movimentos da sociedade e de classes que deram início a novas profissões regulamentadas, que buscavam atender as demandas dessa nova sociedade brasileira (PELEIAS et al., 2007; RIBEIRO, 2009).

Ainda na década de 1940, o curso que formava os profissionais com o título de Contador, diplomavam seus concluintes apenas em nível técnico, conforme estabelecido pelo Decreto 6.141/1943, e que daria acesso ao curso superior de Ciências Econômicas, e foi somente em 1945 que os cursos de Ciências Contábeis e Atuariais, em nível de bacharelado passaram a ser ofertados pelas universidades públicas (SAES; CYTRYNOWICZ, 2001).

A elevação do curso de Ciências Contábeis ao grau de curso superior, veio com o Decreto Lei nº 7.988, de 22 setembro de 1945, embora ainda de maneira integrada ao curso de atuariais (BRASIL, 1945). Porém, é em 26 de janeiro de 1946 que o Decreto Lei nº 15.601 organiza o ensino superior em Ciências Contábeis e Atuariais, e autoriza a abertura do curso pela Universidade de São Paulo (USP), por meio da fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, bem como determinando a estrutura do processo de formação e a matriz curricular (BRASIL, 1946).

Segundo Iudícibus (2009) com a implantação da Faculdade de Ciências Administrativas, hoje conhecida como Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo o Brasil ganhou o primeiro núcleo efetivo, embora modesto, de pesquisa contábil nos moldes norte-americanos, isto é, com professores dedicando-se em tempo integral ao ensino de pesquisas, produzindo artigos de maior conteúdo científico e escrevendo teses acadêmicas de alto valor.

O curso de Ciências Contábeis e Atuariais, conforme estabelecido no Decreto nº 15.601/1946 deveria ser ofertado com duração de quatro anos e dividido em quatro séries, devendo seguir uma determinada matriz curricular (BRASIL, 1946). A mudança seguinte, que consolidou o curso de bacharelado em Ciências Contábeis, aconteceu em 1951, por intermédio da Lei nº 1.401, de 31 de julho, que separou o curso de superior de Ciências Contábeis do Curso de Atuariais (BRASIL, 1951).

## **2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis**

Atualmente, o Curso de Ciências Contábeis tem como regulamentação legal a Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004 (BRASIL, 2004). As diretrizes foram definidas pelo Ministério da Educação a fim de apresentar os conhecimentos fundamentais que os profissionais da contabilidade devem possuir, contemplando aspectos do cenário econômico e financeiro nacional e internacional, ressaltando a importância da harmonia na formação dos Contadores com os padrões e normas internacionais de contabilidade exigidos pela Organização Mundial do Comércio (MENDES et al., 2011). Em seu art. 4º, a referida resolução estabelece as competências e habilidades que devem ser desenvolvidas pelo estudante de contabilidade durante o processo de formação na Graduação em Ciências Contábeis (BRASIL, 2004).

As Diretrizes curriculares funcionam como orientações estruturadas, que direcionam a maneira como os conteúdos devem ser organizados, ou seja, é a partir das orientações apresentadas na Resolução CNE/CES 10/2004, que as IES devem organizar suas matrizes curriculares. Uma vez que, “tais diretrizes contemplam o entendimento do CNE de que a formação profissional do contador deve ser condizente com as constantes evoluções econômico-financeiras” (MENDES; SILVA; NIYAMA, 2011, p. 6).

Art. 5º Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela

Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando [...]. (BRASIL, 2010, s.p.).

Esse perfil deve atender aos campos interligados de formação expostos na Figura 1.

I - conteúdos de Formação Básica:	Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.
II - conteúdos de Formação Profissional:	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.
III - conteúdos de Formação Teórico-Prática:	Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando <i>softwares</i> atualizados para Contabilidade.

**Figura 1. Conteúdos propostos pela Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004**

Fonte: elaborado com base em Brasil (2004).

Segundo Mendes et al. (2011) tais direcionamentos para a organização do curso de Graduação em Ciências Contábeis revela a consciência e o esforço dos professores e profissionais da área contábil em adequar a estrutura curricular dos cursos de Contabilidade às reais demandas do mercado, considerando todas as influências econômicas e tecnológicas que exigem dos profissionais de contabilidade competências e habilidades que sejam compatíveis com um mercado dinâmico e globalizado.

## 2.2 Proposta de Componentes Curriculares do CFC para o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) brasileiro foi criado pelo Decreto Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, e é o órgão máximo da profissão contábil brasileira (BRASIL, 1946). Segundo Carneiro et al. (2009 p.18):

O Conselho Federal de Contabilidade, órgão responsável pela normatização, registro e fiscalização do exercício profissional dos contabilistas no Brasil, há muito tempo, vem se empenhando para atender às constantes solicitações sobre os conteúdos que devem compor a formação dos profissionais da área contábil e o aprimoramento do ensino superior de Ciências Contábeis.

Nessa perspectiva, em 2009 o CFC publicou um documento no qual apresenta uma proposta de matriz curricular com as disciplinas para os cursos de Ciências Contábeis. O modelo apresentado visa atender as demandas do mercado por um currículo nacional mais harmonizado, em que as disciplinas estão organizadas em 3 (três) Eixos Temáticos, com carga horária total de 3.000 horas. Os três Eixos Temáticos estão em consonância com a Resolução CNE/CES n.º 10/04 (CARNEIRO et al., 2011, p.22), como se observa nas Figuras 2 e 3, onde se apresenta a proposta de componentes curriculares por eixo temático.

Conteúdo de Formação Básica			Conteúdo de Formação Profissional		
Código	Título	Carga Horária	Código	Título	Carga Horária
1001	Matemática	60	2001	Contabilidade Básica	120
1002	Métodos Quantitativos Aplicados	60	2002	Estrutura das Demonstrações Contábeis	90
1003	Matemática Financeira	90	2003	Contabilidade Societária	120
1004	Comunicação Empresarial	60	2004	Teoria Geral da Contabilidade	60
1005	Economia	90	2005	Perícia, Avaliação e Arbitragem	60
1006	Administração	60	2006	Contabilidade Avançada	120
1007	Instituições de Direito Público e Privado	60	2007	Contabilidade de Custos	60
1008	Direito Comercial e Legislação	60	2008	Apuração e Análise de Custos	60

	Societária				
1009	Direito Trabalhista e Legislação Social	60	2009	Auditoria	90
1010	Direito e Legislação Tributária	90	2010	Controladoria	60
1011	Ética e Legislação Profissional	60	2011	Gestão de Finanças Públicas	60
1012	Filosofia da Ciência	30	2012	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	120
1013	Metodologia do Trabalho Científico	30	2013	Planejamento e Contabilidade Tributária	60
1014	Psicologia Organizacional	30	2014	Contabilidade Internacional	60
1015	Tecnologia da Informação	60	2015	Responsabilidade Social	60
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>900</b>	2016	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	60
			2017	Análise das Demonstrações Contábeis	60
			2018	Empreendedorismo	60
			2019	Mercado de Capitais	60
			2020	Finanças Empresarial	60
			2021	Sistemas de Informação Gerencial	60
				Optativa	60
				Optativa	60
				Optativa	60
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>900</b>		<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.680</b>

**Figura 2: Conteúdo de formação básica e profissional**

Fonte: Adaptado de Carneiro et al. (2009).

Conteúdo de Formação Teórico-Prática			Conteúdo de Disciplinas Optativas		
Código	Título	Carga Horária	Código	Título	Carga Horária
3001	Estágio de Iniciação Profissional	180	4001	Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	60
3002	Metodologia de Pesquisa	60	4002	Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social	60
3003	Trabalho de Conclusão de Curso	120	4003	Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	60
	Atividades Complementares	60	4004	Contabilidade Nacional	60
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>520</b>	4005	Economia Brasileira	60
			4006	Governança Corporativa	60
			4007	Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões	60

**Figura 3: Conteúdo de formação teórico-prática e disciplinas optativas**

Fonte: adaptado de Carneiro et al. (2009).

Vale ressaltar que a proposta, como o próprio nome sugere, é de caráter sugestivo e não obrigatório, sendo facultativo às IES que oferecem o curso de Ciências Contábeis a adoção do modelo proposto pelo CFC, que visa reduzir os graus de divergências existentes entre as centenas de IES brasileiras. Fato este que, segundo Carneiro et al. (2009), atrapalha não só os estudantes em termos de transferências, como também a oferta de um ensino mais harmonioso em termos de conteúdo, ementário e bibliografia, podendo o modelo proposto ser aplicado às diversas modalidades de ensino existentes de graduação em Ciências Contábeis no Brasil.



### 3 METODOLOGIA

Este trabalho trata-se de um estudo de abordagem qualitativa (MINAYO; SANCHES, 1993) e quantitativa (FONSECA et al., 2007). O método qualitativo é utilizado na primeira etapa, quando são analisadas as disciplinas do modelo proposto pelo CFC, comparando-as com as disciplinas das matrizes curriculares adotadas pelas IES estudadas nessa pesquisa, onde verificou-se quais e quantas disciplinas sugeridas pela matriz proposta pelo CFC estão presentes nas matrizes das IES. Na segunda etapa, são aplicadas metodologias quantitativas, onde são verificados os percentuais de alinhamento entre as matrizes adotadas pelas IES com o modelo proposto pelo CFC, com uso de técnicas de estatística descritiva. O tipo de pesquisa adotada foi descritiva, (SILVA; MENEZES, 2001). No que se refere a técnica, a utilizada foi pesquisa documental (PIMENTEL, 2001), ao tempo em que teve-se como fonte de dados as matrizes curriculares disponibilizadas pelas IES em suas páginas oficiais na *internet*.

Para a determinação da população que compõe o universo da pesquisa, foi realizado uma consulta no *site* do Ministério da Educação, no dia 05 de março de 2015, para identificar as instituições que oferecem o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis na modalidade presencial no Estado do Ceará. O resultado desta consulta apresentou uma população inicial composta por 29 IES, conforme se apresenta na Figura 4. Após a realização da primeira etapa, que confirmou o total de IES, realizou-se uma série de visitas aos *sites* de todas as 29 IES, buscando identificar quais das instituições que compunham a população inicial da pesquisa disponibilizavam em suas páginas na *internet* as matrizes curriculares adotadas no curso de Ciências Contábeis.

As visitas as páginas, que teve seu início em 05 de março, foram encerradas em 07 de março de 2015 e apresentou como aptas a compor a população da pesquisa, referente a análise dos percentuais de aderência de suas matrizes ao modelo proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade, um total de 23 instituições (Figura 4).

Sigla da Instituição (IES)	MATRIZ DISPONIVEL NA INTERNET	Sigla da Instituição (IES)	MATRIZ DISPONIVEL NA INTERNET
FA7	SIM	FJN	SIM
FAC	SIM	FLF	SIM
FACULDADE CDL	SIM	FLS	SIM
FADR	SIM	FMN Fortaleza	SIM
FAFOR	SIM	FVJ	NÃO
FAK	NÃO	FVS	SIM
FAMETRO	SIM	IESF	SIM
FAMICE	NÃO	OBOÉ II	NÃO
FANOR	SIM	RATIO	NÃO
FATE	SIM	UECE	SIM
FCRS	SIM	UFC	SIM
FECET	SIM	UNICHRISTUS	SIM
FFB	SIM	UNIFOR	SIM
FGF	SIM	UVA	NÃO
FIC	SIM		

**Figura 4: População da pesquisa**

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em informações do MEC (2015).

Para análise dos dados qualitativos fez-se uso da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2006), onde dividiu-se o percurso da análise em três fases, a primeira foi a pré-análise, onde foi organizado o material, tornando-o operacional e sistematizado aos objetivos da pesquisa; em seguida foi realizado a segunda etapa, denominada de fase da exploração do material,

onde foi feita a identificação dos termos de significação, para compor uma unidade base, que permitisse à categorização e à contagem das disciplinas equivalentes no contexto dos documentos, ou seja, das matrizes curriculares. Na terceira e última etapa foi realizado o tratamento dos resultados, inferência e interpretação de texto nos documentos de análise (BARDIN, 2006).

Os cálculos dos percentuais de aderência, foi realizado um cálculo simples de percentual, a partir do número de disciplinas sugeridas no modelo proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade presentes nas matrizes das Instituições de Ensino Superior analisadas.

Assim a fórmula aplicada foi a seguinte:

$$\text{Percentual de Aderência} = \frac{X \cdot 100}{Y}$$

Onde X é o número de disciplinas encontradas na matriz curricular da IES e Y o número de disciplinas propostas pela Matriz do CFC. Esse cálculo foi realizado considerando os aspectos de aderência geral, bem como por eixos de formação básica, profissional, teórico-prático e de disciplinas optativas.

Para o cálculo do desvio-padrão, utilizou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Desvio - Padrão} = \sqrt{\frac{(X - \mu)^2}{Y}}$$

Onde X é o número de disciplinas aderentes da IES,  $\mu$  representa média do grupo de IES analisadas, e Y o número total de disciplinas das IES.

Assim, as matrizes das instituições consideradas para a amostra desse trabalho foram analisadas por meio da identificação das disciplinas apresentadas na matriz curricular sugerida pelo Conselho Federal de Contabilidade presentes nas matrizes curriculares das IES, onde apresenta-se como resultado final desta etapa o percentual de aderência entre as matrizes das IES com a matriz proposta pelo CFC.

## 4 RESULTADOS E ANÁLISES

### 4.1 Aderência das matrizes curriculares dos cursos de ciências contábeis das IES do Estado do Ceará ao modelo proposto pelo CFC

#### 4.1.1 Aderência geral dos currículos dos cursos

Considerando as disciplinas apresentadas nas matrizes curriculares, publicadas nos sites das IES investigadas, verificou-se uma aderência média de 31 disciplinas, de um universo de 46 disciplinas, o equivalente à 67% de aderência das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis àquelas propostas pelo CFC, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1:

#### Quantitativo de disciplinas

	Total geral de disciplinas	Disciplinas obrigatórias
Matriz CFC	46	39
Aderência das IES	31	30
% de aderência	67%	77%

No percentual de aderência foram consideradas todas as disciplinas apresentadas nas matrizes curriculares, tanto as de curso obrigatório, quanto aquelas de curso optativo. Ao considerar apenas as disciplinas obrigatórias, o percentual de aderência das matrizes das IES à Matriz CFC, apresenta a média de 30 disciplinas, do universo de 39 disciplinas obrigatórias propostas na matriz curricular do CFC, o que equivale à 77% de aderência, ou seja, 77% das

disciplinas propostas na matriz curricular pelo CFC, estão presentes nas matrizes curriculares dos cursos de ciências contábeis das IES em funcionamento no Ceará (Tabela 1).

O crescimento de 10% no índice de aderência das matrizes curriculares das IES ao modelo proposto, com a retirada das disciplinas optativas, tanto do currículo das IES, quanto da matriz CFC, pode estar relacionado a baixa aderência das disciplinas do quadro de conteúdos optativos, bem como, ao número reduzido de IES que divulgam em seus *sites* as disciplinas ofertadas em caráter optativo, o que se comprova pelos cálculos dos índices de desvio padrão, que é de 3,23 na análise das disciplinas gerais e de 2,55 para a análise das disciplinas obrigatórias, o que demonstra uma redução de 0,68 que equivale à uma redução percentual de 21,05% do desvio padrão.

Ao analisar a aderência média das IES cearenses, por disciplinas organizadas nos quatro grupo de formação, sendo eles, conteúdos de formação básica, de formação profissional, de formação teórico-prático e de disciplinas optativas, estabelecidos pelo matriz proposta pelo CFC, verificou-se no Figura 5, que das 15 disciplinas propostas para a formação básica, as IES apresentam uma média de 12 dessas disciplinas em suas matrizes curriculares, ou seja uma aderência média de 82,9%, isso tratando-se da aderência geral, quando desconsiderou-se as disciplinas apresentadas na condição de disciplina optativa esse percentual caiu para 81,7%, o que representa uma redução de 1,2 pontos percentuais (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2:

**Aderência das Disciplinas Totais**

Conteúdo geral	Conteúdo básico	Conteúdo profissional	Conteúdo teórico-prática	Disciplinas optativas
67,2 %	82,9%	72,3%	84,1%	10,6%

Tabela 3:

**Aderência das Disciplinas Obrigatórias**

Conteúdo geral	Conteúdo básico	Conteúdo profissional	Conteúdo teórico-prática
75,9%	81,7%	71,0%	83,0%

Comparando os índices de desvio padrão das duas categorias de análise, verificou-se que quando considera-se todas as disciplinas apresentadas esse índice é de 1,38; e de 1,29 quando considera-se apenas as disciplinas obrigatórias apresentadas nas matrizes das IES, variando apenas em 0,09, o que mantém o desvio padrão praticamente estável.

No grupo das disciplinas que compõem o eixo de formação profissional, ficou constatado a presença de uma média de 15 disciplinas nas matrizes curriculares das IES, de um universo de 21 disciplinas propostas para essa categoria de formação pela matriz sugerida pelo CFC, o que representa um percentual médio de aderência de 72,3% (Tabela 2), quando despreza-se as disciplinas optativas e analisa-se apenas as disciplinas obrigatórias a média de disciplinas presente reduz para 15, o equivalente em termos percentuais à 71,0% (Tabela 3), o que resulta numa variação de 1,66 pontos percentuais. Ao atentar para o desvio padrão do número de disciplinas que convergem com a matriz CFC, observa-se o índice de 2,16 para o eixo profissional, porém quando retira-se as disciplinas optativas o índice fica em 2,12, variando apenas 0,04 pontos.

No grupo das disciplinas que compõem o eixo de formação teórico-prático, identificou-se uma média de 2,52 disciplinas nas matrizes das IES, dentro do universo de 3 disciplinas propostas o que representa 84,1% de aderência (Tabela 2), quando analisado apenas a aderência das disciplinas obrigatórias esse percentual caiu para 83,0% (Tabela 3), o referente à uma média de 2,48 disciplinas, o índice de desvio padrão é de 0,58 para ambas categorias de análise, o que mostra que o eixo teórico-prático é composto de disciplinas

obrigatórias em praticamente todas as instituições, apresentando apenas uma variação de 1,45 pontos percentuais, e nenhuma variação no desvio padrão.

O menor percentual de adesão se apresenta no eixo das disciplinas optativas propostas pelo CFC, um índice de apenas 10,6% de aderência (Tabela 2), com uma média de 0,74 disciplina, ou seja, das disciplinas propostas pela matriz CFC, menos de uma está presente no currículo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Os índices expostos revelam que o menor percentual de aderência, concentra-se nas disciplinas classificadas como optativas, o que justifica o aumento do índice geral de aderência das disciplinas obrigatórias, na análise comparativa com os percentuais de aderência das disciplinas totais.

Tanto na análise das disciplinas totais, quanto na análise das disciplinas obrigatórias, quando analisados apenas os percentuais de adesão, as disciplinas dos eixos propostos como obrigatórios pelo CFC, a menor aderência se concentra justamente no eixo das disciplinas de conteúdo de formação profissional, estando em ambas as análises, inferior aos índices da formação básica, e da formação teórico-prática, sendo esta última a que apresenta maior percentual de adesão (Tabelas 2 e 3).

#### 4.1.2 Aderência geral das matrizes curriculares dos cursos por natureza acadêmica

Ao classificar as IES por natureza acadêmica, obteve-se três grupos, composto por 3 universidades, 2 centros universitários e 18 faculdades, conforme se apresenta na Figura 5.

UNIVERSIDADES	CENTROS UNIVERSITÁRIOS	FACULDADES		
UFC	ESTÁCIO	FLF	FAMETRO	FADR
UECE	UNICHRISTUS	IESF - UNICE	FVS	FCDL
UNIFOR		FA7	FCSRS	FECET
		FGF	FAFOR	FMN
		FLS	FAC	FJN
		FANOR	FATE	FFB

Figura 5: Grupos por natureza acadêmica

Considerando apenas as disciplinas de curso obrigatório, em ambas as matrizes, revela-se um número médio de 30 disciplinas presentes entre as universidades, entre os centros universitário esse número é de 32, já entre as Faculdades encontrou-se 29 disciplinas presentes das 39 disciplinas obrigatórias propostas pela matriz do Conselho Federal de Contabilidade (Tabela 4).

Tabela 4:

#### Aderência Global por Natureza Acadêmico

Proposta CFC	Universidades	Centros Universitários	Faculdades
39	30	32	29

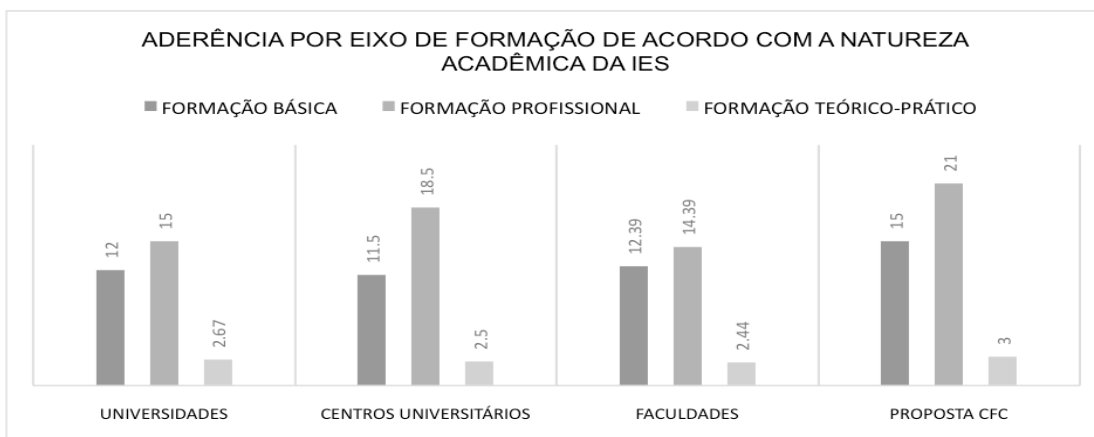
Conforme as informações apresentado na Figura 9, os Centros Universitários possuem a maior aderência global ao modelo proposto, bem como é o grupo mais uniforme, onde foi verificado o menor desvio padrão, de apenas 0,5. Quando compara-se as universidades com as faculdades, verifica-se uma semelhança tanto na aderência global, quanto no desvio padrão, porém o grupo de universidades é composto por 3 IES, enquanto o grupo das faculdades é formado por 18 IES, o que permite concluir que a menor aderência global se concentra nas Universidades (Tabela 5).

Tabela 5:

#### Desvio Padrão – Aderência Global por Natureza Acadêmica

Universidades	Centros Universitários	Faculdades
2,05	0,5	2,56

Quando analisa-se a aderência por eixo de formação (Figura 6), as Universidades apresentam maior aderência ao eixo de formação teórico-prática com 2,67 disciplinas (88,9%) de aderência, enquanto no campo de formação profissional é identificada a menor aderência, uma média de 15 disciplinas (71,4%). Já os Centros Universitários, possuem maior aderência ao eixo de formação profissional, com aderência de 18,5 disciplinas (88,1%), e menor aderência ao eixo de formação básica, com 11,5 disciplinas (76,7%). Já as Faculdades possuem 12,39 disciplinas (82,6%) de aderência a formação básica, sendo este o eixo de formação com maior aderência do grupo, já o eixo que apresentou a menor aderência entre as faculdades foi o eixo de formação profissional com 14,39 (68,5%) de aderência.



**Figura 6: Aderência por eixo de formação de acordo com a natureza acadêmica da IES**

Em todos os grupos de formação, os centros universitários apresentaram maior uniformidade na estrutura curricular, com um desvio padrão de 0,5 em todos os grupos (Figura 7). Já as universidades apresentaram maior irregularidade no eixo de formação profissional, com um desvio padrão de 1,63, eixo no qual apresenta o menor índice de aderência do grupo. O eixo de formação profissional também revelou a maior irregularidade entre as faculdades, com um desvio padrão de 1,89, o segundo maior desvio padrão, tanto para as universidades quanto para as faculdades, se apresenta no eixo de formação básica, sendo a irregularidade maior entre as faculdades, fato que se justifica pelo maior número de IES que compõem o universo, como se observa na Figura 7.



**Figura 2: Desvio padrão da aderência por eixo de formação de acordo com a natureza acadêmica da IES**

Sendo assim, o eixo de formação que representa a menor aderência é de maneira geral, o eixo de formação profissional, sendo maior a rejeição ou não adoção ao modelo entre as

faculdades, que representam aproximadamente 80% das IES ofertantes do curso de graduação em Ciências Contábeis.

#### 4.1.4 Disciplinas com maior e menor índice de aderência

Na análise das disciplinas propostas pela matriz CFC presentes nas matrizes das 23 IES analisadas, identificou-se a aderência por disciplinas conforme se apresenta nas Tabelas 6, 7, 8 e 9.

Tabela 6:

#### Quantitativo de IES Aderentes à Proposta de Matriz CFC por Disciplinas – Formação Básica

Disciplina	Total IES	%	Disciplina	Total IES	%
Matemática Financeira	23	100,0	Direito e Legislação Tributária	20	87,0
Métodos Quantitativos Aplicados	23	100,0	Tecnologia da Informação	18	78,3
Economia	23	100,0	Filosofia da Ciência	18	78,3
Administração	23	100,0	Instituições de Direito Público e Privado	16	69,6
Direito Comercial e Legislação Societária	22	95,6	Ética e Legislação Profissional	14	60,9
Metodologia do Trabalho Científico	22	95,6	Psicologia Organizacional	13	56,5
Direito Trabalhista e Legislação Social	21	91,3	Comunicação Empresarial	11	47,8
Matemática	21	91,3			

Tabela 7:

#### Quantitativo de IES Aderentes à Proposta de Matriz CFC por Disciplinas – Formação Profissional

Disciplina	Total IES	%	Disciplina	Total IES	%
Contabilidade Básica	23	100,0	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	20	87,0
Estrutura das Demonstrações Contábeis	8	34,8	Planejamento e Contabilidade Tributária	20	87,0
Contabilidade Societária	10	43,5	Contabilidade Internacional	15	65,2
Teoria Geral da Contabilidade	21	91,3	Responsabilidade Social	6	26,1
Perícia, Avaliação e Arbitragem	23	100,0	Análise de Projetos e Orçamento Empresarial	16	69,6
Contabilidade Avançada	20	87,0	Análise das Demonstrações Contábeis	23	100,0
Contabilidade de Custos	22	95,6	Empreendedorismo	12	52,2
Apuração e Análise de Custos	19	82,6	Mercado de Capitais	13	56,5
Auditoria	23	100,0	Finanças Empresariais	20	87,0
Controladoria	23	100,0	Sistemas de Informação Gerencial	10	43,5
Gestão de Finanças Públicas	9	39,1			

Tabela 8:

#### Quantitativo de IES Aderentes à Proposta de Matriz CFC por Disciplinas – Formação Teórico-Prática

Conteúdo de formação teórico-prática	Quantidade de IES que aderem a disciplina	%
Estágio de Iniciação Profissional	19	82,61
Metodologia de Pesquisa	22	95,65
Trabalho de Conclusão de Curso	17	73,91

Tabela 9:

**Quantitativo de IES Aderentes à Proposta de Matriz CFC por Disciplinas – Disciplinas optativas**

Conteúdo de disciplinas optativas	Quantidade de IES que aderem a disciplina	%
Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras	3	13,04
Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social	8	34,78
Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	2	8,70
Contabilidade Nacional	0	0
Economia Brasileira	2	8,70
Governança Corporativa	6	26,09
Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de	3	13,04

Os conteúdos propostos como optativos, apresentam o menor número de IES aderentes, sendo a disciplina “Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social” a que apresentou o maior percentual de aderência, deste grupo, aproximadamente 35% das IES oferecem essa disciplina em seu currículo, ou seja, o maior mesmo a disciplina com maior número de IES aderentes ainda representa um número percentual pequeno de aderência.

Quando analisou-se as disciplinas presentes em menos de 50% das IES, ou seja, aquelas que consideradas de baixa aderência, identifica-se um total de 13 disciplinas, conforme se apresenta na Tabela 10.

Tabela 10:

**Disciplinas presentes em menos de 50% das IES**

Disciplina	Total IES	Disciplina	Total IES
Comunicação empresarial	11	Responsabilidade social	6
Sistemas de informação gerencial	10	Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos...	3
Contabilidade societária	10	Contabilidade aplicada às instituições financeiras	3
Gestão de finanças públicas	9	Economia brasileira	2
Contabilidade aplicadas às entidades de interesse social	8	Contabilidade aplicada ao agronegócio	2
Estrutura das demonstrações contábeis	8	Contabilidade nacional	0
Governança corporativa	6		

Considerando essas 13 disciplinas como o universo das de baixa aderência, depreende-se que 53,8% desse universo é composto por disciplinas propostas no eixo de formação optativa, o que representa 7 disciplinas, ou seja todas as disciplinas desse eixo possuem aderência menor que 50%, já 38,5% pertencem ao eixo de formação profissional e 7,7% pertencem ao eixo de formação básica, sendo que das disciplinas de caráter obrigatório, o eixo de formação profissional apresentou o maior percentual de disciplinas de baixa aderência.

Para a análise das disciplinas de alta aderência, ou seja, aquelas que estão presentes em mais de 70% das matrizes curriculares das IES apresentadas, foi identificado que de um universo de 39 disciplinas propostas, 26 estão presentes em mais de 70% dos currículos analisados, conforme se apresenta nas Tabelas 11, 12 e 13.

Tabela 11:

**Disciplinas presentes em mais de 70% das IES - Formação Básica**

Disciplina	Total IES	Disciplina	Total IES
Administração	23	Direito trabalhista e legislação social	21
Economia	23	Matemática	21
Métodos quantitativos aplicados	23	Direito e legislação tributária	20
Matemática financeira	23	Tecnologia da informação	18

Direito comercial e legislação societária	22	Filosofia da ciência	18
Metodologia do trabalho científico	22		

Das 15 disciplinas que compõem o eixo de formação básica proposto pelo CFC, 11 (expostas na Figura 13) estão presentes em mais de 70% dos currículos analisados, sendo assim, 73,33% das disciplinas desse grupo, possuem alto índice de aderência, o que revela um alinhamento significativo para esse eixo de formação entre as IES e o CFC.

Tabela 12:

**Disciplinas presentes em mais de 70% das IES – Formação Profissional**

Disciplina	Total IES	Disciplina	Total IES
Análise das demonstrações contábeis	23	Teoria geral da contabilidade	21
Controladoria	23	Finanças empresariais	20
Auditoria	23	Planejamento e contabilidade tributária	20
Perícia, avaliação e arbitragem	23	Contabilidade aplicada ao setor público	20
Contabilidade básica	23	Contabilidade avançada	20
Contabilidade de custos	22	Apuração e análise de custos	19

Já na análise do eixo de formação profissional, das 21 disciplinas propostas pela matriz CFC, 12 estão presentes em mais de 70% dos currículos das IES analisadas, o que em termos percentuais representa 57,1% de disciplinas com alta aderência, o que representa um alinhamento mediano entre as IES e o CFC.

Tabela 13:

**Disciplinas presentes em mais de 70% das IES – Formação Teórico-Prático**

Disciplina	Total IES
Metodologia de pesquisa	22
Estágio de iniciação profissional	19
<b>Trabalho de conclusão de curso</b>	<b>17</b>

Porém no eixo de formação teórico- prático, esse é percebido o maior alinhamento dos currículos, com 100% das disciplinas propostas presentes em mais de 70% dos currículos analisados, já no eixo de formação de disciplinas optativas nenhuma disciplina está presente em mais de 70% dos currículos, o que mostra que não existe alinhamento entre as IES e o Conselho Federal de Contabilidade para esse eixo de formação.

## 5 CONCLUSÃO

Os resultados possibilitam verificar que a matriz proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade atende aos os conteúdos explícitos nas Resolução CNE/CES 10/2004, onde apenas dois dos conteúdos proposto pelo MEC não foram identificados, sendo esses os conteúdos, “noções de atividades atuariais”, do eixo de formação profissional; e “Prática em Laboratório de Informática utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade”, do eixo de formação teórico-prático.

Considerando a quantidade média das disciplinas propostas na matriz CFC, conclui-se que, as IES apresentam uma aderência média de 31 disciplinas, de um universo de 46 disciplinas, o equivalente à 67% de aderência à matriz proposta pelo Conselho, sendo os eixos de formação básica e teórico-prático os que apresentam maior percentual de aderência, com percentuais de 83% e 84%, respectivamente. E os eixos de formação profissional, com 72%; e as disciplinas propostas como optativas, com 11% de aderência, revelam-se com os menores percentuais.

Nos cursos ofertados por IES pública, o percentual médio de aderência foi de 73%, estando abaixo do percentual médio apresentado pelas IES privadas, que tem uma média de 76% de aderência. Quando comparado os percentuais médios de aderência das IES por organização acadêmica, os centros universitários apresentam o melhor percentual, 83%,



seguido pelas universidades com 76%, e as faculdades com 75%, apresentam o menor percentual médio de aderência à matriz proposta pelo CFC.

Quanto as disciplinas, verifica-se entre as de maior aderência, ou seja, presentes em mais de 70% das matrizes curriculares analisadas, as propostas no eixo de formação teórico-prática com um maior percentual médio de aderência, com 100% das disciplinas, seguido pelo eixo de formação básica, com 73%, o eixo de formação profissional tem 57% das disciplinas propostas presentes nessa categoria, e nenhuma disciplina proposta no eixo de optativas está presente em mais de 70% das matrizes analisadas.

Constata-se também que das disciplinas presentes em menos de 50% das matrizes curriculares analisadas, 54% pertencem ao eixo de disciplinas propostas como optativas, 36% ao eixo de formação profissional, 8% ao eixo de formação básica, e nenhuma disciplina pertence ao eixo de formação teórico-prático.

Em suma, as instituições de ensino do Estado do Ceará que ofertam o curso de Ciências Contábeis, de modo geral estão alinhadas com a proposta de matriz curricular do Conselho Federal de Contabilidade, possuindo uma aderência menor ao eixo de formação profissional.

Sugere-se para futuros estudos, a realização de uma pesquisa com os coordenadores de curso, que permita a identificação dos motivos da aderência atual, e qual a opinião deles sobre a matriz proposta. Uma outra sugestão seria um estudo que considere o desempenho individual das IES no exame de suficiência, objetivando uma melhor análise da relação da aderência com os percentuais de aprovação no exame de suficiência.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

BRASIL. Decreto no. 17329, de 28.05.1926. Approva, o regulamento para os estabelecimentos de ensino tecnico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal. 1926.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei no. 6141, de 28.12.1943. Lei Orgânica do Ensino Comercial. 1943a.

\_\_\_\_\_. Decreto no. 14373, de 28.12.1943. Regulamento da Estrutura dos Cursos de Formação do Ensino Comercial. 1943b.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES no. 10/2004. 2004

\_\_\_\_\_. Decreto no. 3860, de 9.07.2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação dos cursos e instituições, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei no. 1535, de 23.08.1939. Altera a denominação do Curso de Perito-Contador e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei no. 7988, de 22.09.1945. Dispões sobre o ensino superior de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis e Atuariais.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 12.249, De 11 de Junho de 2010 (Dou De 14.6.2010) “.... Altera os Decretos-Leis nos 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969.

\_\_\_\_\_. Lei no. 1401, de 31.07.1951. Inclui, no curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Edital SESU no. 04, de 10.12.1997. Convoca as instituições de ensino superior a apresentar propostas para as diretrizes curriculares dos cursos superiores. /CES no. 67/2003.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante. **Desenvolvimento e Gestão de Programas de Capacitação Mediados por Tecnologia**: proposição de um arcabouço teórico no âmbito da Governança Corporativa. 2012. 280f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do

Conhecimento)–Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC, Florianópolis, 2012.

CARNEIRO, J. D. et al. (coord.). **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em ciências contábeis**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2009.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 1.301**, de 17 de setembro de 2010.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 853**, de 28 de julho de 1999. Institui o exame de suficiência como requisito para obtenção de registro profissional em CRC.

FONSECA, N. F. et al. Análise do Desempenho Recente de Fundos de Investimento no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 95-116, 2007.

LEITE, C. E. B. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MENDES, Paulo Cesar de Melo; SILVA, Antonio Batista; NIYAMA, Jorge Katsumi. A Aderência Do Conteúdo Da Disciplina Contabilidade Tributária Ministrada Nos Cursos De Graduação Em Ciências Contábeis Do Brasil Ao Conteúdo Do Currículo Internacional Proposto Pela ONU. **Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN**. v. 3. n. 1, p. 1 – 19, jan./jun. 2011.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 239-262, jul./set., 1993.

PELEIAS, I. R.; SILVA, G. P. da; SEGRETI, J. B.; CHIROTO, A. R. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: uma análise histórica. **Revista de Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, Edição 30 anos de doutorado, p. 19-32, jun. 2007.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Caderno Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PIRES, C. B.; OTT, E. Estrutura curricular do curso de ciências contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais. In: VIII CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008.

RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado. **Contando História: o Departamento de Contabilidade e Atuária–FEA/USP entre números e palavras**. 1. ed. São Paulo: D’Escrever Editora, 2009.

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem dos cursos Superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteados**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 37-59, junho/2001.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.